



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA
CURSO DE PSICOLOGIA

VALESKA SILVA DUARTE COSTA

O PAPEL DAS REDES DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO JUNTO ÀS CRIANÇAS
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2024

Valeska Silva Duarte Costa

O Papel das Redes de Assistência e Educação junto às crianças vítimas de violência.

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Psicologia

Orientadora: Professora Dr^a. Francisca Maria Carvalho Cardoso

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- CS37p Costa, Valeska Silva Duarte.
O Papel das Redes de Assistência e Educação junto às crianças vítimas de violência. / Valeska Silva Duarte Costa. – Miracema, TO, 2024.
34 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2024.
Orientador: Francisca Maria Carvalho Cardoso
1. Redes de assistência. 2. Educação. 3. Violência infantil. 4. intersetorialidade. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VALESKA SILVA DUARTE COSTA

O PAPEL DAS REDES DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO JUNTO ÀS CRIANÇAS
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Psicologia foi avaliado para a obtenção do título de bacharelado e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr^a Francisca Maria Carvalho Cardoso, orientadora - UFT

Prof. Dr. Igor do Carmo Santos, examinador - UFT

Prof. Dr. Ricardo Monteiro Guedes de Almeida, examinador - UFT

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela força e resiliência ao longo desta jornada acadêmica, pois sei que sem a sua presença nada disso seria possível. Expresso minha gratidão à minha mãe, Maria da Paz, que, com todo amor e dedicação, foi base em cada etapa da minha vida e ao longo dessa jornada. Seus ensinamentos, apoio e presença foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu marido, Usiel Costa Gomes, por estar ao meu lado em todos os momentos, oferecendo apoio e compreensão, sua paciência e encorajamento foram indispensáveis ao longo deste processo. Sou grata aos meus irmãos, em especial ao meu irmão Fernando que por muito tempo esteve disponível e me ajudou durante meu ensino médio e ao Fabrício que acreditou e me incentivou a fazer a prova para o curso de psicologia, agradeço a Letícia, Danielly, Danilo e Whosgthon pelo incentivo e por nunca me deixarem desacreditar do meu potencial, vocês foram e sempre serão minha motivação.

Aos meus queridos colegas e companheiros de viagem, agradeço pela parceria nessa rota de Palmas a Miracema e também pela troca de experiências e pelo apoio durante toda a jornada. A minha amiga Sâmella obrigada por tornar os dias em Miracema mais agradáveis, os momentos que compartilhamos serão sempre lembrados com carinho.

Agradeço à minha orientadora Dr^a Francisca Maria Carvalho Cardoso, por toda paciência, orientação e por compartilhar seu conhecimento e experiência. Sua confiança e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para meu crescimento acadêmico.

Por fim, agradeço aos membros da banca examinadora Dr. Igor do Carmo Santos e Dr. Ricardo Monteiro Guedes de Almeida por aceitarem o convite e por suas valiosas contribuições, que, sem dúvida, enriqueceram ainda mais este trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa apresenta como objetivo, compreender a atuação das Redes de Assistência e Educação no que se refere às crianças vítimas de violência, para tanto, utilizamos a metodologia qualitativa, classificando-se como revisão bibliográfica, a partir do levantamento de informações nas bases de pesquisa, onde foi realizada revisão de literatura através do Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES. Uma vez que para se chegar nesse objetivo, inicialmente foi realizado uma pesquisa sobre referenciais teóricos onde alguns autores discutem sobre temas como a violência infantil, privação afetiva, Redes de proteção e profissionais que atuam nas Redes e instituições. Tendo em vista que essas redes são responsáveis pelo suporte emocional e social, visando promover o bem-estar e o desenvolvimento dessas crianças, é primordial identificar práticas eficazes e áreas de melhoria para garantir que as crianças recebam o cuidado necessário para superar os traumas e construir uma base sólida para o seu futuro. Como resultados observamos que os profissionais enfrentam desafios como a desarticulação intersetorial. Essas dificuldades comprometem a eficácia das redes e reforçam a necessidade de estratégias mais coordenadas. Desse modo, assinalamos a importância de fortalecer a articulação entre as redes de proteção, saúde, assistência social, educação, e intersetorialidade, para oferecer um atendimento integrado e eficiente. Além disso, é fundamental investir na capacitação contínua dos profissionais.

Palavras-chave: Violência infantil. Redes de proteção. Políticas públicas. Intersetorialidade.

ABSTRACT

The present research aims to understand the role of the Assistance and Education Networks concerning children who are victims of violence. For this purpose, we used a qualitative methodology, classified as a bibliographic review, based on information gathered from research databases. A literature review was conducted through the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and the CAPES Catalog of Theses and Dissertations. In order to achieve this objective, an initial research was conducted on theoretical references, where some authors discuss topics such as child violence, emotional deprivation, protection networks, and professionals working in these networks and institutions. Considering that these networks are responsible for providing emotional and social support, aiming to promote the well-being and development of these children, it is crucial to identify effective practices and areas for improvement to ensure that children receive the necessary care to overcome trauma and build a solid foundation for their future. As a result, we observed that professionals face challenges such as intersectoral disarticulation. These difficulties compromise the effectiveness of the networks and reinforce the need for more coordinated strategies. Thus, we highlight the importance of strengthening the articulation between protection, health, social assistance, education networks, and intersectorality, to offer integrated and efficient care. Furthermore, it is essential to invest in the continuous training of professionals.

Keywords: Child violence. Protection networks. Public policies. Intersectorality.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Fluxograma.....	23
----------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sistematização dos trabalhos encontrados na revisão	24
----------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SciELO	Scientific Electronic Library Online
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
ONG	Organização Não Governamental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	METODOLOGIA.....	13
3	REVISÃO DA LITERATURA.....	15
3.1	Privação Afetiva.....	15
3.2	O CREAS como dispositivo de cuidado.....	17
3.3	As Redes de Atenção e demais instituições e sua atuação para a redução da violência	18
3.4.	Os trabalhadores: atuações, desafios e possibilidades no trabalho do CREAS	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
4.1	Políticas públicas: desafios	23
4.2	A notificação de casos de violência.....	26
4.3	Intervenções Psicossociais	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

A família é o primeiro ambiente social da criança, onde ela aprende princípios da interação social, comunicação e afeto. Os membros da família servem como modelos de comportamento e valores, moldando a identidade e a personalidade da criança. Portanto, quando pensamos em família, geralmente associamos esse conceito a um lugar de amor, apoio e proteção. No entanto, para algumas crianças, a família que deveria ser um porto seguro se torna a fonte de violência e trauma. A violência intrafamiliar e extrafamiliar é uma realidade perturbadora que afeta inúmeras crianças em vários lugares, gerando marcas emocionais e físicas, isso quando não leva à morte da mesma.

“A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes se constitui em um grave problema de saúde pública, devido às consequências físicas e psicológicas deixadas nas vítimas que podem se manifestar já na infância ou na idade adulta” (SCHEK, *et al.*, 2018, p.2). Logo o impacto dessa violência não será apenas imediato, mas poderá afetar a saúde e o desenvolvimento da vítima ao longo de sua vida, levando a consequências que poderão prejudicar seu bem-estar.

As consequências da agressão contra crianças são vastas e duradouras pois além das lesões físicas imediatas, as vítimas podem sofrer com problemas de saúde mental, e de acordo com Melo (2020, p.02), “a ocorrência de violência na fase da infância e adolescência pode provocar várias consequências negativas como, déficit de aprendizado, sentimentos de raiva, tristeza, depressão, comportamentos autodestrutivos e até mesmo pensamentos suicidas”.

As redes de apoio são necessárias para que ocorra uma intervenção, levando em consideração os fatores de risco para a criança que muitas vezes permanece no meio onde sofreu as agressões, essas redes entram em ação para que a vítima seja retirada do meio onde foi violentada e sejam acolhidas em algum abrigo, que de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), (BRASIL, 1990), diz respeito aos locais de acolhimento institucional, que oferece uma proteção temporária para crianças e adolescentes que são retirados do convívio familiar por meio de uma medida protetiva, de forma que os cuidados básicos são garantidos, sob tutela do governo, até que estas possam habitar em ambiente apto.

Portanto, o tema do presente trabalho de conclusão de curso é a Importância das Redes de Atenção para Crianças Vítimas de Violência, quanto à delimitação do mesmo, se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica, focada na análise de artigos relevantes para o tema, tendo como principal grupo de interesse os profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), incluindo profissionais envolvidos diretamente no atendimento à

criança vítima de violência. Tendo em vista que se pretende investigar a importância dessas redes levando em consideração a visão abrangente e as práticas destacadas na literatura. Desta forma o trabalho em questão tem como título: “O papel das Redes de Assistência e Educação junto às crianças vítimas de violência”.

De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 3º, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinala que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades”.

Considerando isso, a rede de proteção infantil é baseada nos princípios dos direitos humanos, especialmente os direitos da criança, ela visa garantir que todas as crianças tenham o direito a uma vida digna, livre de violência, exploração e abuso.

Segundo Melo *et al.*, (2020):

A rede de proteção às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência é conceituada como um espaço de formação de parcerias, cooperações e articulações dos sujeitos institucionais, funcionando como um mecanismo eficaz para a interrupção da violência (MELO *et al.*, 2020, p. 02).

Por esse motivo faz-se necessário um estudo voltado para a compreensão de como essas redes trabalham para mitigar o sofrimento psíquico dessas crianças, de modo que seja compreensível a importância do seu bom funcionamento. Posto isso, de que forma as redes de assistência e educação trabalham para a diminuição dos impactos causados pela violência das crianças?

Em vista disso o trabalho propôs-se a investigar como as redes de assistência e educação atuam no enfrentamento à violência contra crianças, ressaltando a importância de um cuidado multiprofissional e integrado, destacando também a maneira como os profissionais que estão ligados diretamente com essas vítimas percebem a relevância do trabalho que realizam. Desse modo, a relevância social do estudo está na potencialidade de revelar práticas de intervenção eficazes e apontar áreas de melhoria, contribuindo para fortalecer políticas públicas de proteção infantil e para o desenvolvimento de estratégias que promovam o apoio e recuperação de crianças afetadas pela violência.

Ademais, o interesse em pesquisar sobre a temática surgiu quando iniciei o estágio no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Miracema do Tocantins, onde tive um contato direto com crianças vítimas de violência, podendo perceber o quanto esse tema é sensível e desafiador principalmente para quem trabalha na linha de frente. Observei que o trabalho realizado pelos profissionais no cuidado com essas vítimas era fundamental. Desta

forma surgiu o desejo de compreender as práticas realizadas, os desafios enfrentados e por fim as potencialidades do serviço prestado.

O foco principal do trabalho foi compreender a atuação das redes de assistência e educação no que se refere a crianças vítimas de violência, a partir dos artigos pesquisados nas plataformas de dados supramencionadas.

Dessa forma, ao ampliar o entendimento sobre a atuação dessas redes e sobre o impacto dela na vida das crianças, o estudo visava não apenas informar, mas também incentivar o aperfeiçoamento nas práticas de cuidado e acolhimento, fomentando também uma sociedade mais atenta e preparada para combater a violência infantil, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor. O tema em questão contribui para fortalecer as práticas desse cuidado que vai desde a família até as redes de assistência e educação.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho se caracterizou como estudo que utilizou a metodologia qualitativa com uso da pesquisa bibliográfica onde realizamos a análise de conteúdo dos artigos encontrados. De acordo com Bardin (2011) a análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p.42).

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da revisão de literatura através das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES, onde foi feito o levantamento e a análise de materiais publicados sobre o tema, tendo em vista que são bases de dados atuais.

Desse modo, os termos utilizados em ambas as plataformas para a localização de artigos foram “profissionais do CREAS e violência”, “CREAS e trabalho com crianças vítimas de violência” e “Centro de referência da assistência social e a educação”. Dessa maneira, 9 artigos foram encontrados na base SciELO e 55 no Catálogo de Teses da CAPES.

A pesquisa visou compreender a importância das redes de atenção para essas crianças que estão sendo vítimas de violência. E quanto à análise dos dados o método foi qualitativo, buscando captar as experiências e percepções dos profissionais que acompanham essas crianças. De acordo com Dezin e Lincoln (2006, p. 23) “A palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente”.

É importante salientar que para a compreensão da dinâmica urbana é essencial considerar o papel da população, visto que são as pessoas que formam os espaços e definem os lugares assim como Certeau (2011) argumenta,

Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. Sob esse ponto de vista, as motricidades dos pedestres formam um desses “sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade”, mas “não têm nenhum receptáculo físico”. Elas não se localizam, mas são elas que especializam (CERTEAU, 2011, p. 163).

Segundo Godoy (1995, p. 58) “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos”. Portanto, é a partir

dessa metodologia em ação que o presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido, sendo elaborado por meio de uma revisão bibliográfica, onde buscou-se identificar e analisar estudos e referências que abordassem as experiências e compreensões dos profissionais do CREAS em relação às suas atividades. Dessa forma, o estudo visou explorar, a partir de diferentes fontes, as interações e a dinâmica dos atendimentos, proporcionando uma visão detalhada sobre o trabalho desses profissionais, conforme descrito na literatura.

Os resultados que se pretendia encontrar referiam-se às práticas e procedimentos adotados pelos profissionais do CREAS no atendimento às crianças vítimas de violência, podendo assim identificar as estratégias de intervenção, recursos e ferramentas específicas no processo de atendimento. “A atuação de uma equipe multiprofissional completa, articulada e preparada para atuar no enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes e suas famílias, tem grande relevância social” (MELO *et al.*, 2020 p.5).

Sobre a análise de dados, realizamos o uso da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), a fim de servir como um instrumento de indução para se investigar as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferências ou indicadores), através dos artigos investigados.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Privação Afetiva

Na Teoria do Desenvolvimento Emocional Winnicott (2000) relata a importância da relação mãe e bebê na formação psicológica. Para Winnicott, a mãe “suficientemente boa” proporciona um ambiente que permite ao bebê desenvolver um senso de self. Ele enfatiza a transição gradual da dependência inicial para a independência, destacando a importância do brincar e da capacidade da mãe de compreender as necessidades emocionais da criança. A noção de um espaço potencial, onde a criatividade e a espontaneidade florescem, é central em sua abordagem. Winnicott (2000) aborda a dependência da criança como uma fase crucial no desenvolvimento emocional, segundo Valler (1990),

Inicialmente, a mãe suficientemente boa é o ambiente favorável. Essa mãe reconhece a dependência do bebê e se adapta constantemente às suas necessidades, criando, graças à sua devoção (preocupação materna primária), um setting onde o bebê pode viver uma experiência de onipotência e progredir no seu desenvolvimento no sentido da integração, do crescimento emocional e do acúmulo de experiências. O ambiente não faz o lactente crescer, nem determina o sentido do crescimento. O ambiente, quando suficientemente bom, possibilita o processo de maturação (VALLER, 1990, p. 157).

A dependência inicial é um pré-requisito para a autonomia saudável no futuro, pois, através desse suporte, a criança desenvolve um senso interno de segurança que facilita a exploração do mundo exterior. Winnicott (2000) classifica a dependência da criança na fase da sustentação em três etapas:

a) Dependência Absoluta: Nesse estado, o bebê não tem meios de saber nada sobre o cuidado materno, que em sua maior parte consiste em profilaxia. Ele não tem como exercer controle sobre o que é bem ou mal feito, e pode apenas beneficiar-se ou sofrer perturbações. b) Dependência Relativa: Agora o bebê pode tomar consciência da importância dos detalhes do cuidado materno, e pode relacioná-los mais e mais a impulsos pessoais, e mais adiante, no tratamento psicanalítico, pode reproduzi-los na transferência. c) Rumo à Independência: O bebê desenvolve a capacidade de tolerar a ausência dos cuidados. Isto é alcançado através da acumulação de memórias desses cuidados, da projeção de necessidades e da introjeção de detalhes da atenção materna, junto com o desenvolvimento da confiança no ambiente (WINNICOTT, 2000, p. 41).

Com base na obra “privação e delinquência” de Winnicott a ausência de um ambiente emocionalmente nutritivo pode resultar em lacunas psicológicas, levando a uma busca por preenchimento através de atos delinquentes. Ele sublinha a urgência de intervenções precoces

para mitigar os efeitos da privação emocional, ressaltando sua relevância para a prevenção da delinquência juvenil.

De acordo com Winnicott (2005),

A delinquência indica que alguma esperança subsiste e que quando a criança se comporta de modo anti-social, não se trata necessariamente de uma doença, e o comportamento nada mais é do que um SOS, pedindo o controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes (WINNICOTT, 2005, p.131).

Winnicott (2005), examina de forma penetrante a relação entre privação emocional e delinquência, especialmente quando crianças são retiradas de seus lares. Ele destaca a vulnerabilidade dessas crianças, enfatizando que a privação emocional resultante da separação abrupta pode desencadear impactos significativos em seu desenvolvimento. Em sua obra Winnicott (2005) relata que,

Uma vez que se reconhece o quanto o sentimento de segurança de uma criança está intimamente vinculado às suas relações com os pais, torna-se óbvio que ninguém mais lhe pode dar tanto. Toda criança tem direito de crescer num bom lar, e ver-se privada disso é uma desgraça (WINNICOTT, 2005, p. 78).

Estratégias de apoio emocional e ambiental são essenciais para fornecer uma base sólida para o desenvolvimento saudável, mesmo em contextos desafiadores. Essas situações são complexas e as redes de proteção e a sociedade tem a responsabilidade voltada para proteger o bem-estar emocional das crianças, especialmente quando retiradas de seus lares, para evitar trajetórias de delinquência decorrentes da privação emocional.

Nesse contexto a violência se apresenta como um fenômeno ainda mais complexo, caracterizado pelo uso intencional da força ou poder contra si mesmo ou contra outra pessoa podendo resultar em lesão, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2002) estabelece distinções sobre as naturezas da violência, sendo elas: Violência Física, também denominada sevícia física, maus-tratos físicos ou abuso físico e a Violência Psicológica/Moral sendo toda ação que coloque em risco ou cause danos à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.

“Portanto, o que torna a violência infantil uma situação delicada é o fato de que as crianças são vulneráveis, apresentando pouca possibilidade de defesa e um alto nível de dependência emocional e física de adultos” (SILVA *et al.*, 2022, p. 1704).

“A violência contra crianças pode ser definida como qualquer tratamento negligente ou mau-trato que tenha o potencial de causar danos à saúde, ao desenvolvimento e à dignidade das crianças” (SARTORI *et al.*, 2023, p. 02). A violência infantil é um grave problema social, que

afeta milhões de crianças em todo o mundo, podendo causar impactos profundos e duradouros no desenvolvimento físico e mental, e muitas vezes levando a consequências ao longo da vida. Segundo o Fórum brasileiro de segurança pública (2023),

[...] dos 129.844 registros compilados nas 12 Unidades da Federação com vítimas de 0 a 17 anos, 56,6% são de estupro, 21,6% de maus- -tratos, 18,1% de lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica, 2,9% de mortes violentas intencionais e 0,8% de exploração sexual. Maus-tratos é o segundo tipo de crime que mais acomete crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, com 28.098 casos identificados. 90% das vítimas têm até 14 anos, sendo que a maior parte tem entre 5 e 9 anos (35%). Não há diferença significativa entre o sexo das vítimas se considerado o total de registros de maus-tratos. São 51% de vítimas do sexo masculino contra 49% do sexo feminino (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, p. 06).

A proteção das crianças é um imperativo moral e uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade. Garantir um ambiente seguro e acolhedor para as crianças é essencial e com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regido sob a Lei 8.069 de 1990, artigo 5º “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, p. 01).

3.2 O CREAS como dispositivo de cuidado

As redes de proteção à criança e ao adolescente surgiram através da necessidade de garantir os direitos e a proteção dos mesmos, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e priorizando seu desenvolvimento integral. As redes de proteção desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar e na garantia dos direitos de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Dentre as diversas estruturas que compõem essas redes, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é direcionado à proteção especial de quem teve seus direitos violados. De acordo com a Revista CREAS (2008),

Os CREAS, por meio dos serviços que desenvolvem, promovem ou articulam, exercem importante papel de inclusão e proteção social a indivíduos e/ou famílias que se encontram em situações de violação de direitos e de violência expressos em maus-tratos, negligência, abandono, discriminações, dentre outras, resgatando vínculos familiares e sociais rompidos, apoiando a construção e/ou reconstrução de projetos pessoais e sociais. Nos CREAS, são ofertados serviços de informação, orientação, apoio e inclusão social, visando à garantia e defesa de direitos a indivíduos (REVISTA CREAS, 2008, p. 11).

Desse modo entende-se que o CREAS é um componente vital das redes de proteção social, oferecendo suporte especializado e contínuo a indivíduos e famílias em situações de

risco. Segundo Nascimento (2021, p. 05), “dentre os principais conflitos, pode-se destacar: violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual, situação de rua, trabalho infantil, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, entre outros”.

Portanto, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social é essencial para garantir o cuidado integral de crianças e adolescentes em vulnerabilidade. Sua atuação vai além da proteção imediata, promovendo apoio psicossocial, reintegração social e a defesa ativa dos direitos fundamentais desse público.

3.3 As Redes de Atenção e demais instituições e sua atuação para a redução da violência

As redes de atenção geralmente são compostas por uma variedade de organizações, incluindo agências governamentais, ONGs, instituições de saúde, educadores, assistentes sociais e membros da comunidade. Essas redes trabalham para proteger as crianças e fornecer-lhes o apoio necessário para crescerem em ambientes seguros e saudáveis. Dentre suas principais funções temos, prevenção de abuso, negligência, intervenção, apoio às famílias, defesa, colaboração e coordenação.

“As Redes são fundamentalmente uma articulação entre pares e têm por pressuposto que cada segmento ou serviço é incapaz de atender sozinho o fenômeno da violência, exigindo assim o reconhecimento do outro como importante aliado” (CASCAVEL, 2010, p. 12). Existem diversas redes de atenção que desempenham papéis fundamentais na proteção contra a violência dentre elas, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade básica da Assistência Social que tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social e também a Rede de Proteção à Criança e Adolescente compostos por diversos órgãos e serviços, como conselhos tutelares, unidades de acolhimento, programas de apoio à família, entre outros.

Em um contexto de violência as redes de proteção tem um papel crucial, dentre eles, conscientizar a população sobre a violência, seus efeitos e como preveni-la, mobilizar a participação da comunidade na prevenção, identificar sinais precoces de violência, seja física, psicológica, sexual ou outra forma de violência, oferecer suporte e assistência às vítimas fornecendo acesso a serviços de saúde, psicológicos, legais e de proteção, encaminhar as vítimas para os serviços apropriados, como delegacias especializadas, centros de referência, hospitais, psicólogos, advogados, entre outros.

O trabalho em rede é essencial, pois permite integrar conhecimentos e experiências de profissionais de diferentes áreas, como saúde, assistência social, educação, segurança pública e

justiça, enriquecendo as estratégias de prevenção da violência e garantindo uma resposta eficaz e abrangente. “Para a estruturação de uma rede de atenção a pessoas em situação de violência é importante reconhecer as relações já existentes entre os serviços, como também promover o reconhecimento dos diversos atores e serviços existentes no território” (OLIVEIRA *et al.*, 2014, p.33).

3.4 Os trabalhadores: atuações, desafios e possibilidades no trabalho do CREAS

A equipe do CREAS é composta por profissionais que trabalham de forma integrada para oferecer um atendimento eficaz, e de acordo com a Secretaria Nacional de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

O trabalho social especializado desenvolvido no CREAS com as famílias e indivíduos requer profissionais habilitados e com perfil apropriado. Os profissionais precisam ter um conjunto de conhecimentos e habilidades compatíveis com a natureza e objetivos dos serviços ofertados pelo CREAS, bem como com as atribuições pertinentes (BRASIL, 2011, p. 97).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social foi estabelecido através da lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e atua com casos de alta complexidade, envolvendo situações de violência, abuso, negligência e outras formas de violação de direitos, o que demanda um atendimento personalizado e multidisciplinar, podendo ser desgastante e exigir habilidades avançadas de gestão de crises e intervenções especializadas. Desse modo, segundo Brasil (2011),

É preciso reconhecer as reais dificuldades dos profissionais na realização do acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, nos serviços do CREAS, em decorrência das situações complexas com as quais se deparam e do impacto que este trabalho causa na vida dos trabalhadores. Nessa direção, cabe à coordenação do CREAS assegurar momentos de integração em equipe, troca de experiências, reflexão e discussão de casos. Cabe ao órgão gestor, por sua vez, o planejamento e desenvolvimento de ações de capacitação continuada e educação permanente, incluindo até mesmo momentos com assessoria de profissional externo, além de medidas preventivas voltadas à qualidade de vida e segurança dos trabalhadores e usuários do CREAS (BRASIL, 2011, p. 96).

Assim, considerando a importância do trabalho realizado pela equipe, Melo *et al.* (2020, p.02) expõem que “os profissionais que atuam em serviços da rede de proteção possuem responsabilidades específicas, devendo também estarem comprometidos com a formulação de estratégias de intervenção que envolvam os vitimados e suas famílias”.

Nesse contexto, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) oferece apoio especializado a pessoas que vivenciam situações de violação de direitos, como violência e abuso, trabalhando em parceria com outras instituições locais como as escolas, o que permite uma atuação mais integrada e eficaz para identificar, acompanhar e proteger os direitos de crianças e adolescente, desse modo garantindo a proteção e o bem-estar.

Desse modo compreendemos que a educação escolar vai muito além do ensino de disciplinas como língua portuguesa e matemática, envolve também a formação de cidadãos conscientes de seus deveres e direitos que serão capazes de enfrentar desafios sociais e emocionais, e nesse contexto a colaboração do CREAS nesta formação é imprescindível pois aborda questões como vulnerabilidade social, situações de risco e violência. Contribuindo para a construção de uma educação eficaz dentro das escolas e na sociedade, onde os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados e garantidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Realizamos uma busca de material nas plataformas Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Scielo. Desse modo, no levantamento feito nas bases de dados encontramos 64 arquivos no total, e após a leitura dos resumos foram excluídos 54, dessa maneira, dos 10 selecionados apenas 7 foram incluídos para a revisão, pois atenderam aos critérios de inclusão da pesquisa. Ressalta-se que todos os trabalhos revisados são de origem brasileira. Quanto aos termos foram utilizados, profissionais do CREAS e violência, CREAS e trabalho com crianças vítimas de violência e Centro de referência da assistência social e a educação.

Na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES utilizando o termo “profissionais do CREAS e violência” com o filtro para Mestrado (Dissertação) encontramos 16 dissertações entre os anos de 2004 a 2023 entre elas foram escolhidas duas, que respondiam aos objetivos da pesquisa. Com o termo “CREAS e trabalho com crianças vítimas de violência” tivemos um total de 3 trabalhos dos anos de 2010 e 2012 sendo 2 de mestrado e 1 profissionalizante, desses trabalhos somente um foi escolhido. Já com o termo “Centro de referência da assistência social e a educação” com a aplicação do filtro mestrado, localizamos um total de 36 dissertações dentre as quais selecionamos somente uma.

Figura 1 – Fluxograma

Total de arquivos encontrados	Scielo:9 Catálogo de Teses e Dissertações: 55 Total: 64
Arquivos excluídos após a análise dos resumos	Total: 54
Arquivos escolhidos após a leitura geral	Scielo: 3 Catálogo de Teses e Dissertações: 4
Arquivos incluídos	Total: 7

Fonte: Elaborado pela autora.

Na plataforma Scielo foram utilizados os mesmos termos citados anteriormente e para o termo “profissionais do CREAS e violência” tivemos 2 resultados dos anos de 2018 e 2023 desses resultados apenas um foi selecionado, já a pesquisa com o termo “CREAS e trabalho com crianças vítimas de violência” resultou em 1 artigo encontrado, sendo o mesmo selecionado, pois apresentava relevância para o tema pesquisado. O último termo pesquisado

foi “Centro de referência da assistência social e a educação” com o filtro somente para as coleções brasileiras, foi encontrado 6 resultados e desses selecionamos somente um.

Tabela 1 – Sistematização dos trabalhos revisados.

Autor(a)	Base de dados	Ano	Título	Filiação institucional dos autores
FLORES, M. A.	Catálogo de teses e dissertações- CAPES	2010	As políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no município de itajaí (sc), a partir das recentes reformulações da política social brasileira	Universidade Do Vale Do Itajaí – UNIVALI
TRAVASSOS, L. M. M.	Catálogo de teses e dissertações- CAPES	2013	Representações sociais dos profissionais de creas acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes	Universidade Federal Da Paraíba (UFPB)
MACHADO, R. M. A.	Catálogo de teses e dissertações- CAPES	2015	Educação, currículo escolar e violência simbólica: um estudo de caso sobre adolescentes atendidos pelo centro de referência especializado de assistência social – creas/es (2010-2014)	Universidade Federal Do Espírito Santo (Ufes)
FREITAS, L. A.	Catálogo de teses e dissertações- CAPES	2018	Atendimento prestado por profissionais do Centro de	Universidade De São Paulo - Campus

			Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) às crianças, adolescentes e suas famílias envolvidas na violência sexual intrafamiliar	Ribeirão Preto (USP)
BURGOS, M. B.	Scielo	2020	Redes de proteção e a decantação dos direitos das crianças	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC)
MARTINS, J. S.; SANTOS, D. K.	Scielo	2022	Atendimentos Psicossociais a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: Percepções de Psicólogas de um Creas/Paefi	Pesquisador (a) independente.
PÖTTKER, C.; ARPINI, D. M.	Scielo	2023	Práticas Psicológicas nos Creas do Interior do RS: O Olhar de Trabalhadoras(es)	Universidade de Cruz Alta, (UNICRUZ) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1 Políticas públicas: desafios

Como categoria que emerge da análise dos dados, destaca-se as políticas públicas, pois se destaca nos trabalhos encontrados e analisados e dessa forma para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes exige políticas públicas que promovam ações intersetoriais eficazes. Nesse contexto, o Decreto 10.701, de 17 de maio de 2021, surge para coordenar e fortalecer ações intersetoriais para proteger esse público contra diversas formas de violência, como negligência, abuso e exploração. O decreto visa articular e desenvolver políticas públicas

voltadas à garantia dos direitos humanos das crianças e adolescentes. Posto isso conforme o Decreto 10.701, de 17 de maio de 2021:

Art. 2º O Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes visa a articular, consolidar e desenvolver políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente, a fim de protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão (BRASIL, 2021).

É fundamental reconhecer a importância da articulação em rede como uma ferramenta que potencializa os resultados e garante uma assistência mais integral e eficiente. Nessa perspectiva, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS estabelece que “Frente a complexidade das situações vivenciadas pelas famílias e indivíduos atendidos, a articulação em rede é vital para o sucesso das ações desenvolvidas no trabalho social no CREAS” (MINISTÉRIO, 2011, p.61).

Dentre os materiais trabalhados, parte deles caracterizaram as políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes apontando suas fragilidades. Na pesquisa realizada por Flores (2010) sobre “As Políticas Públicas de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Município de Itajaí (SC)”, aborda como esses profissionais enfrentam desafios referentes ao atendimento das vítimas, ao suporte às famílias e à articulação com outros órgãos de proteção no que está relacionado as notificações de casos. Portanto, nesse sentido “Os dados mostram que é necessária uma melhor articulação entre os órgãos pesquisados para que possam agir de forma integrada, ágil, eficaz e responsável na proteção das crianças e adolescentes, e no combate da violência sexual infantojuvenil” (FLORES, 2010 p.137).

Com base no artigo “Redes de proteção e a decantação dos direitos das crianças”, Burgos (2020) analisa o papel das redes de assistência na garantia dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, destacando desafios e avanços na articulação entre diferentes atores institucionais, como escolas, conselhos tutelares, promotorias e centros de assistência social (CRAS). A pesquisa aponta que ainda se tem uma resistência por parte dos profissionais escolares no que diz respeito ao ECA, que veem as instituições de forma negativa, que complica sua rotina. Dessa maneira, de acordo com Burgos (2020)

Na verdade, não seria exagero afirmar que, a rigor, a escola não lida com a rede, ou, se lida, o faz de forma muito instrumental, isto é, não se valendo do que poderia ser uma articulação capaz de proteger crianças e adolescentes em face de situações de vulnerabilidade escolar (BURGOS, 2020, p. 386-387).

Para Travassos (2013) em sua coleta de dados que foi efetuada no CREAS, órgão governamental que presta serviço de Proteção Social Especial à criança e ao adolescente, nos municípios de Cajazeiras/PB e João Pessoa/PB. Os profissionais citam que possuem uma atuação articulada entre equipes multiprofissionais e a rede de atendimento, e destacaram práticas de acolhimento e encaminhamento, embora enfatizando que existe um descaso por parte do Estado. “E em contraponto, esses profissionais apresentam também objetivações que explanam ações deficitárias e omissões por parte do Estado” (TRAVASSOS, 2013, p.105).

A respeito dos trabalhadores é possível identificar na pesquisa de Travassos (2013) que existe uma escassez de profissionais que contribui para sobrecarga física e emocional. Assim “[...] observa-se que o quantitativo de profissionais por CREAS não perpassa o número de 5 trabalhadores.” (TRAVASSOS, 2013, p.98). Nesse sentido Melo *et al.* (2020),

Observou-se também que as grandes dificuldades com relação ao quantitativo de membros da equipe multiprofissional, e a pouca articulação e manutenção do fluxo de atendimento em parceria com os demais serviços que compõem a rede de proteção, são determinantes para o comprometimento da qualidade das intervenções realizadas, impactando na eficácia e eficiência do cuidado destinado aos indivíduos assistidos (MELO *et al.*, 2020, p. 7).

No estudo realizado por Machado (2015) no CREAS em Vitória (ES), é apresentado que muitos dos direitos que são previstos em leis não se concretizam, diante disso a autora cita que:

Através dos dados que demonstram o perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em Vitória, percebemos que não lhes é assegurada a efetivação da permanência na escola, e isso por sua vez tira desses adolescentes o direito à educação, à profissionalização, à cultura. Eles, então, ficam sem profissionalização, sem lazer, sem acompanhamento, sem proteção e, em muitos casos, sem atenção da família e da justiça, reforçando a ideia de que não se contemplam e não se efetivam as mudanças que estão sendo propostas na lei (MACHADO, 2015, p. 58).

A partir do trabalho produzido por Martins e Santos (2022), as psicólogas que foram entrevistadas destacam a importância de trabalhar com famílias, mas relatam dificuldades com relação à desarticulação da rede intersetorial. Pereira (2014) conceitua a **intersetorialidade** como uma abordagem que vai além de uma simples gestão administrativa ou técnica, trata-se de um processo político que busca articular diferentes setores sociais, superando a fragmentação das políticas públicas. Além disso, destaca que esse processo é desafiador, pois envolve conflitos e interesses divergentes, o que exige um esforço contínuo de negociação e articulação entre as diversas áreas da política social. A vista disso, Luzia e Liporoni (2023) argumenta que:

A lógica da intersetorialidade requer a articulação em rede, a qual depende de amplo conhecimento do território e dos atores envolvidos, pois é nele que se situam as instituições públicas e privadas, as igrejas, a associação de bairro, o comércio, as empresas etc. O trabalho em rede é oportuno para o estabelecimento de parcerias, a definição de protocolos e os fluxos de encaminhamentos, a discussão de casos etc. (LUZIA *et al.*, 2023, p.13).

A abordagem intersetorial não apenas amplia a capacidade de atuação sobre desafios complexos, como violência, desigualdade e pobreza, se fundamenta na melhora das condições de vida da população e na otimização dos recursos, conforme Wanderley *et al* (2020) destacam,

Podemos afirmar que o horizonte da intersetorialidade das políticas públicas consubstancia-se na melhora das condições de vida da população, na otimização e utilização dos recursos (financeiros, materiais e humanos) e nos ganhos de escala e de resultados (WANDERLEY *et al.*, 2020, p. 9).

Outro fator que é apresentado na pesquisa de Martins e Santos (2022) é a falta de treinamentos e recursos para capacitação e também a sobrecarga emocional das equipes técnicas. E o Estado é descrito como ausente ou negligente, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade social. Martins e Santos (2022) mencionam que a falta de organização nos fluxos institucionais leva à repetição de entrevistas e à exposição contínua das vítimas, podendo gerar mais sofrimento. Martins e Santos (2022) elucidam:

A revitimização pode acontecer tanto pela repetição de ações (por exemplo, diversas entrevistas, realizadas no mesmo serviço e/ou em outros dispositivos da rede, que perguntam sempre as mesmas coisas), como pela descontinuidade do acompanhamento, pela demora no atendimento ou mesmo pela mudança do Creas de referência (MARTINS ET *al.*, 2022, p.11).

Ao revisar os trabalhos de Flores (2010), Burgos (2020), Travassos (2013), Machado (2015) e Martins e Santos (2022) nota-se que existe um padrão de dificuldades que inclui a desarticulação da rede intersetorial, a insuficiência de recursos, a falta de capacitação continuada e o impacto emocional enfrentado pelas equipes técnicas.

4.2 A notificação de casos de violência

Dentre os trabalhos revisados observa-se que a maioria dos estudos são sobre violência sexual e concentra-se, predominantemente, na violência intrafamiliar. Este fenômeno é abordado em diversos contextos, com ênfase nas dinâmicas familiares que favorecem o abuso, e a literatura sugere que a violência sexual é frequentemente cometida por membros próximos da vítima, como pais, padrastos, ou outros familiares de confiança. De acordo com estudos de

Minayo (2006, p.89), “A violência sexual é uma das formas de abuso frequentes no ambiente familiar. Os estudos mostram que as principais vítimas são meninas, e os agressores são o pai, o padrasto, ou ainda, pessoas conhecidas e do relacionamento familiar com a vítima”.

Desse modo com base no trabalho de Travassos (2013) no que diz respeito às ocorrências dos casos, os profissionais interpretaram a violência sexual como um fenômeno multifacetado, predominantemente intrafamiliar, e ressaltaram a complexidade emocional e psicológica envolvida nesses casos. Do mesmo modo a pesquisa de Flores (2010) em seus gráficos apontam um crescimento da violência intrafamiliar no ano de 2009, “Já em 2009, a maioria das notificações (44% mais elevado) foram com a suspeita de violência intrafamiliar.” (FLORES, 2010 p.107).

Freitas (2018) em sua pesquisa sobre “Atendimento prestado por profissionais do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) às crianças, adolescentes e suas famílias envolvidas na violência sexual intrafamiliar”, traz dados do CREAS da cidade de Uberlândia (MG), onde “No ano de 2016, 55,76% das crianças e adolescentes que foram atendidas pelo CREAS, sofreram violência sexual dentro do ambiente familiar, e 41% por pessoas que não fazem parte da família e desconhecidos” (FREITAS, 2018, p.87).

Martins e Santos (2022) baseiam-se em uma entrevista com três psicólogas que atuam no serviço CREAS/PAEFI da região metropolitana de Florianópolis. A pesquisa identifica que a violência sexual é majoritariamente intrafamiliar e ligada as desigualdades sociais e culturais. “[...] a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes atendidas naquele Creas/Paefi ocorre, com maior frequência, no interior das famílias e tem como principais autores da violência o pai, o padrasto, o tio o avô ou o irmão” (MARTINS; SANTOS, 2022, p.07).

4.3 Intervenções Psicossociais

As intervenções realizadas por profissionais no contexto do CREAS são variadas e adaptadas às necessidades de crianças, adolescentes e suas famílias. Dentre as principais estratégias de intervenção estão o acolhimento inicial, que busca criar um ambiente de segurança e confiança, a escuta qualificada, essencial para compreender as demandas de cada caso e o acompanhamento. Além disso, as práticas incluem a orientação e o fortalecimento da autonomia das famílias, o planejamento contínuo das ações e a articulação com a rede de proteção, visando promover soluções eficazes. Diante disso o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS argumenta:

Do ponto de vista metodológico faz-se importante compreender o trabalho social no CREAS a partir de três principais dimensões: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em Rede. Atuando de forma complementar, estas três dimensões devem organizar e orientar o trabalho social especializado desenvolvido no âmbito dos Serviços do CREAS (BRASIL, 2011, p.53).

Os profissionais que atuam em casos de violência, como psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e advogados, desempenham um papel crucial no acolhimento das vítimas e no enfrentamento da violação de direitos. Eles atuam diretamente no atendimento às crianças e adolescentes, buscando minimizar os impactos emocionais, sociais e psicológicos da violência. Dado isso com base no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS:

O papel do CREAS no SUAS define suas competências que, de modo geral, compreendem: ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; a gestão dos processos de trabalho na Unidade, incluindo a coordenação técnica e administrativa da equipe, o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, a organização e execução direta do trabalho social no âmbito dos serviços ofertados, o relacionamento cotidiano com a rede e o registro de informações, sem prejuízo das competências do órgão gestor de assistência social em relação à Unidade (BRASIL, 2011, p.23).

Martins e Santos (2022), aborda as intervenções realizadas pelos profissionais de psicologia no contexto do CREAS/PAEFI com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, dessa maneira é feito uma análise detalhada das estratégias utilizadas, como o acolhimento, escuta especializada, articulação com a rede, dentre outros. Levando esse aspecto em consideração, “O trabalho social desenvolvido no CREAS além da dimensão técnica envolve uma dimensão humana apurada pois envolve a atenção e a escuta qualificada e sobretudo a compreensão da situação vivenciada por cada família/indivíduo[...]” (NASCIMENTO,2021, p.06). Portanto, de acordo com Martins e Santos (2022):

Em relação às estratégias utilizadas no atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, as entrevistadas relataram: acolher as demandas; orientar e trabalhar as potencialidades e a autonomia das famílias, das crianças e adolescentes; oferecer uma escuta qualificada para que se identifique as necessidades de cada caso; e estabelecer ações conjuntas com outros serviços e projetos do município, para que sejam implementadas ações mais efetivas que resultem no fortalecimento dos vínculos familiares e na superação das violências (MARTINS *et al.*, 2022, p.14).

Já na pesquisa realizada por Pöttker e Arpin (2023), o foco está nas situações de violência intrafamiliar e as práticas desenvolvidas nesses contextos. Os profissionais entrevistados falam sobre as características das intervenções que incluem: Acolhida inicial, acompanhamento especializado, articulação em rede e também flexibilidade. A vista disso, “O

planejamento das ações realizadas no Acompanhamento Especializado implica um contínuo processo de construção e reconstrução destinado a ofertar respostas mais condizentes às necessidades identificadas em conjunto com as famílias” (PÖTTKER *et al.*, 2023, p.07).

Freitas (2018) aponta que o brinquedo terapêutico foi citado pelos profissionais do CREAS de Uberlândia (MG), como instrumento utilizado em seus atendimentos, “O ato de brincar é uma maneira efetiva de lidar com a fantasia e medos da criança, especialmente quando vivenciam situações traumáticas (como a violência sexual)” (FREITAS, 2018, p.113).

No que tange a educação com base no trabalho realizado por Burgos (2020) na favela da rocinha no Rio de Janeiro, existe uma dinâmica disfuncional entre a escola e a rede de proteção, evidenciando um círculo de desconfiança que prejudica a eficácia das intervenções psicossociais. Nesse contexto Burgos (2020) assinala,

Quando se analisa o material que trata da relação da escola com a rede, identifica-se uma dinâmica caracterizada por uma espécie de círculo vicioso. Seus profissionais não conseguem perceber os agentes da rede como aliados reais no enfrentamento das dificuldades rotineiras e muitas vezes dramáticas com que a escola tem que lidar (BURGOS, 2020, p.385).

A percepção dos profissionais da escola em relação à rede de proteção está diretamente vinculada à forma como entendem o direito da criança, que muitas vezes é construído de maneira individualizada a partir das experiências que possuem na sala de aula. Como destaca Burgos (2020) no trecho,

Portanto, a forma como os profissionais da escola lidam com a rede – ou talvez o mais correto seria dizer: não lidam com a rede – deve muito à forma como eles percebem o direito da criança. Como se viu, é a partir da experiência concreta na sala de aula, ou seja, na interação com os estudantes, que os profissionais elaboram sua percepção, e tal dinâmica parece levar a uma concepção muito pessoal sobre o significado do direito da criança. E como não parece haver um maior investimento no sentido de se construir uma concepção compartilhada a respeito do direito da criança entre os profissionais da escola, não surpreende que eles sequer percebam a rede de proteção, ou simplesmente a percebam de forma negativa, reiterando com isso o isolamento da escola (BURGOS, 2020, p.387).

O acolhimento, a escuta qualificada, o fortalecimento da autonomia das famílias e a articulação em rede são práticas essenciais para a efetividade desses atendimentos. No entanto, a carência de uma perspectiva unificada sobre os direitos da criança entre os profissionais da educação e da rede de proteção contribui para o isolamento da escola e impede que os agentes da rede sejam vistos como aliados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo destacou a relevância das redes de assistência e educação no enfrentamento à violência contra crianças, com foco na atuação do CREAS sendo um dispositivo essencial dessas redes. A pesquisa buscou compreender como essas redes trabalham na proteção de crianças vítimas de diferentes formas de violência, além de identificar práticas eficazes e apontar lacunas para fortalecer as políticas públicas e garantir os direitos fundamentais da infância.

A pesquisa inicial que foi base apresentou uma diversidade de violências sofridas por crianças, com destaque para a violência física, caracterizada por maus-tratos, agressões e abuso corporal; a violência psicológica, que inclui humilhações, ameaças e situações que comprometem a autoestima e o desenvolvimento emocional; e a violência sexual, apontada como uma das mais graves. Além disso, a negligência, entendida como a privação de cuidados básicos, como alimentação, educação, higiene e proteção, também foi apontada.

No entanto, nos trabalhos que foram referência para as discussões, em sua maioria relatam sobre a violência sexual, trazendo dados que apontam que a violência intrafamiliar é a forma mais recorrente, especialmente nos casos de abuso sexual, conforme os dados levantados por autores como Martins e Santos (2022) e Freitas (2018). Estes evidenciam que o ambiente familiar, em vez de ser um espaço seguro, frequentemente se transforma no local onde ocorrem as violações.

No que tange a atuação dos profissionais, as pesquisas indicam que as redes de proteção enfrentam desafios complexos, como a falta de articulação intersetorial, a escassez de recursos, a sobrecarga emocional, falta de profissionais e a ausência de capacitação continuada. Além disso, o fenômeno da revitimização, gerado por entrevistas repetitivas e processos desgastantes durante o atendimento às crianças, também foi identificado.

Dessa forma, o fortalecimento do trabalho intersetorial, aliado a investimentos governamentais e à capacitação dos profissionais, é imprescindível para garantir uma assistência mais eficiente e humanizada. Estratégias que integrem áreas como saúde, educação, assistência social e segurança pública são fundamentais para enfrentar os impactos da violência, promovendo fluxos de comunicação eficazes e padronizados que evitem a revitimização e agilizem o atendimento. Além disso, a ampliação de serviços de apoio psicológico, jurídico e social para crianças e famílias deve ser priorizada, assegurando a recuperação e o fortalecimento dos vínculos familiares.

As análises do presente trabalho assinalam que para uma efetiva proteção das crianças é necessário o compromisso conjunto das redes de proteção, profissionais e sociedade. E por fim, ao evidenciar as fragilidades e potencialidades das redes de proteção. Este trabalho não visa esgotar o tema, mas apenas sinalizar algumas considerações sobre o tema estudado e sobre o papel das redes de educação e assistência visando a intersetorialidade como potência nessa construção de redes integradas que possibilitem práticas mais qualificadas e ações integradas, promovendo o acolhimento, a recuperação e o desenvolvimento saudável de crianças vítimas de violência. Espera-se que as reflexões apresentadas nessa pesquisa inspirem futuras iniciativas e contribuam para a construção de uma sociedade mais segura e acolhedora para as crianças.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021. Institui o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 maio 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10701.htm. Acesso em: 25 de nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art%20266. Acesso em: 20 de jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 16 de Ago. 2024.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BURGOS, Marcelo Baumann. (2020). Redes de proteção e a decantação dos direitos das crianças. **Tempo Social**, 32(3), 375-397. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.163553>. Acesso em: 12 de nov. 2024.

CASCAVEL. Secretaria Municipal de Educação. **Cartilha de orientações básicas da Rede de Proteção à Criança, ao Adolescente e à Família**. Cascavel - PR: Secretaria Municipal de Educação, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 17, ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DEZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra crianças e adolescentes: 2019-2021**: sumário executivo. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. ISBN 978-65-89596-27-1.

FLORES, Maqueline de Almeida. **As políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no município de Itajaí (SC), a partir das recentes reformulações da política social brasileira**. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2010.

FREITAS, Luiza Araujo. **Atendimento prestado por profissionais do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) às crianças, adolescentes e suas famílias envolvidas na violência sexual intrafamiliar**. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6493701. Acesso em: 20 nov. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução À Pesquisa Qualitativa E Suas Possibilidades**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2022. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/miracema-do-tocantins.html>. Acesso em: 09 de ago. 2024.

LUZIA, E. L. R.; LIPORONI, A. A. R. de C. (2023) CREAS: concepções de violação de direitos e os caminhos do trabalho social. **Serviço Social & Sociedade**, 146(2), e6628317. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.317>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

MACHADO, Rosely Maria Aparecida. Educação, currículo escolar e violência simbólica: um estudo de caso sobre adolescentes atendidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS/ES (2010-2014). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2422593. Acesso em: 19 de nov. 2024.

MARTINS, J. S.; SANTOS, D. K. dos. (2022). Atendimentos Psicossociais a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: Percepções de Psicólogas de um Creas/Paefi. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 42, e233520. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003233520>. Acesso em: 12 de nov. 2024.

MELO Rosana A. et al. Rede de proteção na assistência às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. 2020; v. 41. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190380>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p. (Coleção Temas em Saúde) 1. Violência. 2. Saúde pública I.Título. CDD - 20.ed. – 362.1

NASCIMENTO, Dulcilene Ribeiro Soares. Atuação do CREAS no Brasil: entre conservacionismo e mudanças, uma análise dos últimos 30 anos para o serviço social. **Cognitions**, v. 4, n. 1, p. 1 - 18, 2021. Disponível em: <https://revista.cognitioniss.org/index.php/cogn/article/view/106/103>. Acesso em: 18 ago. 2024.

OLIVEIRA, Caroline Schweitzer. (org.). **Redes de atenção à violência**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 40 p. ISBN 978-85-8267-035-4. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1882/1/Redes.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2024.

PEREIRA, Potyara. **A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética**. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. *A intersetorialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas: Papel Social, 2014.

PÖTTKER C.; ARPINI D. M. Práticas Psicológicas nos Creas do Interior do RS: O Olhar de Trabalhadoras(es). **Psicologia: Ciência e Profissão** 2023;43:e255164. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003255164>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

REVISTA CREAS: **Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. Ano 2, n. 1, 2008. – Brasília: MDS, 2008.

SARTORI, Letícia Regina Morello. et al. Notificações de violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência praticadas contra crianças no Brasil, 2011-2019: estudo ecológico de série temporal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 32, n. 3, e2023246, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222023000300016.pt>. Acesso em: 11 de jul. 2024.

SCHEK, Gabriele et al. Práticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Texto e contexto - Enfermagem**, v. 27, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072018001680016>. Acesso em: 23 de jul. 2024.

SILVA, B. P.; CAMARGO, D. As práticas profissionais realizadas em situações de maus-tratos infantis: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 6, p. 1703-1715, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QfQRp3ZxYZVVvqXjCTWW9Lz>. Acesso em: 16 ago. 2024.

TRAVASSOS, Leilane Menezes Maciel. **Representações sociais dos profissionais de creas acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Letras, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=881718. Acesso em: 20 de nov. 2024.

VALLER, Eloísa Helena Rubello. **A teoria do desenvolvimento emocional de D. W. Winnicott**. Revistas brasileiras de psicanálise, 1990.

WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M. L., DA PAZ, R. D. O. (2020). Intersetorialidade nas Políticas Públicas. **Serviço Social & Sociedade**, (137), 7–13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.198>. Acesso em: 25 de nov. 2024.

WINNICOTT, Donald Woods. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, ed. 2000.

WINNICOTT, Donald Woods. **Privação e delinquência**. São Paulo, Martins Fontes 2005.